

**ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR OS FATOS CONSTANTES NO PROCESSO (Número do Processo)**

**Aos xx (por extenso) dias do mês de (mês) de (ano), às (hora) horas, nas dependências do GPD/PROGEPE, presentes (nome do presidente), SIAPE xxxxxxx e (nome do membro), SIAPE xxxxxxx, respectivamente presidente e membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº (Número do Processo), designada pela Portaria nº (Número da Portaria), de (data da Portaria), publicada no Boletim de Serviço nº (número do BS), (data da publicação) da Universidade Federal Fluminense, procedeu-se à instalação da Comissão e tiveram início os trabalhos relacionados a apuração dos fatos mencionados na referida portaria. Deliberou-se: a) Designar como secretária da referida Comissão (nome do secretário); b) Comunicar à autoridade instauradora e ao DAP o início dos trabalhos da Comissão; c) Notificar, Indiciar e citar o servidor para apresentação de defesa; d) Marcar a próxima reunião para o (data da reunião, dia mês e ano), às (hora) horas, na Sala da Gerência de Procedimentos Disciplinares. Encaminho cópia desta para conhecimento da Autoridade Instauradora. Sem mais, para constar, eu, (nome do secretário), lavrei a presente ata, que vai assinada por todos.**

Nome do Presidente

Presidente

Nome do membro

Membro

**Ofício nº xx/xxxx(essa numeração é da Comissão)/Comissão**

 **(Localidade), (data por extenso).**

**Ao: (nome do servidor acusado) e (matrícula)**

**De: (nome do Presidente) – Presidente da Comissão**

**Assunto: Notificação de instalação da Comissão. (Para o acusado)**

**Na qualidade de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº (Número da Portaria), de (data da Portaria), publicada no Boletim de Serviço nº (número do BS), (data da publicação) da Universidade Federal Fluminense e no uso das atribuições que me são conferidas e tendo em vista o disposto no art.133, I, da Lei nº8112/90, comunico-lhe, que nesta data foi instalada a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar irregularidades relatadas no Processo n.º 23069.XXXXX/20XX-XX, onde consta o nome de V.Sa. na condição de possível responsável pelas irregularidades apontadas.**

**Informamos-lhe, para os devidos efeitos legais, que lhe é garantido, pelo art.156, da Lei nº 8.112/90, acompanhar o processo desde o início dos trabalhos da comissão, pessoalmente ou por intermédio de procurador, requerer cópias de documentos, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.**

**Por fim, assinalamos que os trabalhos serão desenvolvidos no endereço XXXXXX, no horário das 00:00 horas.**

Nome do Presidente

Presidente

Nome do membro

Membro

**Ofício nº xx/xxxx(essa numeração é da Comissão)/Comissão**

 **(Localidade), (data por extenso).**

**Ao: Reitor e ao DAP (nome)**

 **Magnífico Reitor da Universidade Federal Fluminense e Diretor do DAP/PROGEPE**

**De: (nome do Presidente)**

 **Presidente da Comissão**

**Assunto: Instalação de Comissão**

**Na qualidade de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº (Número da Portaria), de (data da Portaria), publicada no Boletim de Serviço nº ( número do BS), (data da publicação) da Universidade Federal Fluminense e no uso das atribuições que me são conferidas e tendo em vista o disposto no art.133, I, da Lei nº8112/90, comunico-lhe, a Vossa Magnificência, que no dia (data da instalação da Comissão, mesma data da Ata), esta Comissão instalou-se e deu início aos seus trabalhos, conforme consta na respectiva Ata de instalação, cópia em anexo.**

Nome do Presidente

Presidente

Nome do membro

Membro

**TERMO DE INDICIAÇÃO**

**Aos xx (por extenso) dias do mês de (mês) de (ano), às (hora) horas, nas dependências do GPD/PROGEPE, presentes (nome do presidente), SIAPE xxxxxxx e (nome do membro), SIAPE xxxxxxx, respectivamente presidente e membro da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº (Número do Processo), designada pela Portaria nº(Número da Portaria), de (data da Portaria), publicada no Boletim de Serviço nº ( número do BS), (data da publicação) da Universidade Federal Fluminense. Com base no art.133,§2º da Lei 8.112/90, INDICIA o servidor (NOME DO SERVIDOR INDICIADO), pelas razões a seguir expostas:**

**(NOME DO SERVIDOR INDICIADO), (Cargo do Servidor), SIAPE xxxxxx, admitido em (data), na Universidade Federal Fluminense, exercem outro cargo ou função ( Nome do Local ou Locais, onde o servidor desenvolve suas atividades).**

**Deste modo, fica evidente que tal conduta configura acumulação ilegal, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, art.37, XVII e, também, na Lei 8.112/90, art. 118, §I, II e III, com pena de demissão. Vejamos:**

**Art. 118. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.**

**§ 1o A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.**

**§ 2o A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.**

**§ 3o Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

**Desta forma, o indiciado deverá apresentar sua defesa escrita no prazo de 5(cinco) dias , na forma do art.133, §2º da Lei 8.112/90.**

Nome do Presidente

Presidente

Nome do membro

Membro

**Obs.: Deve ser encaminhado para o endereço cadastral do servidor por carta com aviso de recebimento – AR.**

**CITAÇÃO**

**Ao ou A (PRONOME DE TRATAMENTO) - (Nome do Servidor)**

**De acordo com o disposto no art. 133, §2º da Lei 8.112/90 e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo Disciplinar nº (Número do Processo), designada pela Portaria nº (Número da Portaria), de (data da Portaria), publicada no Boletim de Serviço nº ( número do BS), (data da publicação) da Universidade Federal Fluminense, fica V.S. CITADO para, no prazo de 5(cinco) dias, apresentar defesa no referido processo, permanecendo os autos à disposição para eventual obtenção de vista nas dependências da GPD/GEPE, nos dias úteis.**

**Em anexo, segue cópia do Termo de Indiciação a que se refere o art. 133, §2º da Lei 8.112/90.**

**(Localidade), (data por extenso).**

Nome do Presidente

Presidente

Nome do membro

Membro

 **Obs.: Deve ser encaminhado para o endereço cadastral do servidor por carta com aviso de recebimento – AR.**

**Ofício nº xx/xxxx(essa numeração é da Comissão)/Comissão**

 **(Localidade), (data por extenso).**

**A: GPD/PROGEPE**

**De: (nome do Presidente)**

 **Presidente da Comissão**

**Assunto: Solicitação de Citação por Edital**

**Na qualidade de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº (Número da Portaria), de (data da Portaria), publicada no Boletim de Serviço nº (número do BS), (data da publicação) da Universidade Federal Fluminense e no uso das atribuições que me são conferidas, solicito a Citação por Edital, conforme o Art. 163 da 8.112/90.**

Nome do Presidente

Presidente

Nome do membro

Membro

**OFÍCIO PAD Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

**A: GPD/PROGEPE**

**De: (nome do Presidente)**

 **Presidente da Comissão**

**Assunto: Solicitação de Perícia Médica**

**Na condição de presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada por meio da Portaria nº \_\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_, publicada no BS nº \_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_, para apurar os fatos constantes do Processo nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, bem como proceder ao exame dos atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos, por haver dúvida sobre a sanidade mental do servidor \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome, cargo e matrícula), que se encontra respondendo ao Processo em referência, venho propor que o acusado seja submetido a exame por Junta Médica Oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.**

**Tendo em vista a necessidade de dirimir as dúvidas sobre a responsabilidade do servidor pelos fatos que lhe são atribuídos, a comissão formula os quesitos abaixo sobre sua sanidade mental, para serem submetidos à consideração da Junta Médica:**

**1) O servidor é portador de enfermidade mental?**

**2) O servidor possui desenvolvimento mental incompleto ou retardado?**

**3) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, é ela anterior ou superveniente à infração (data \_\_\_\_\_)?**

**4) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, é a moléstia irreversível, reversível ou episódica? Qual a espécie nosológica?**

**5) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, era o servidor, ao tempo do fato narrado no processo (data \_\_/\_\_/\_\_\_\_), capaz de entender-lhe o caráter ilícito e/ou de determinar se de acordo com esse entendimento?**

**6) O servidor possui atualmente plena capacidade de responder, na condição de acusado, a processo disciplinar?**

**7) O servidor possui atualmente capacidade de exercer função pública?**

**8) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, torna-se recomendável o seu afastamento temporário das atividades para tratamento?**

**9) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, é aconselhável o seu retorno às funções ou deverá ele ser encaminhado para outro tipo de atividade?**

**10) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, há alguma expectativa de melhora, de modo que possa vir a acompanhar o processo e ser interrogado?**

**11) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, o servidor necessita de reavaliação médica? Qual a data limite?**

**12) Caso tenha sido verificada a existência de enfermidade mental, citar outras considerações ou observações que tiverem por úteis para o esclarecimento da natureza da moléstia, sua evolução, a correlação entre o ilícito e a doença, o estado atual do periciado e a sua capacidade laborativa atual e pretérita.**

**Atenciosamente,**

**.............................................................................**

**(Nome e assinatura do presidente da comissão)**

**TERMO DE REVELIA**

**Na qualidade de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº (Número da Portaria), de (data da Portaria), publicada no Boletim de Serviço nº (número do BS), (data da publicação) da Universidade Federal Fluminense e no uso das atribuições que me são conferidas, declaro a REVELIA do servidor Sr. (nome e matrícula), conforme o disposto no § 1º do art. 164 da Lei nº 8.112/90, indiciado no supracitado procedimento disciplinar, por ter sido regularmente citado por edital publicado no Diário Oficial da União e no Jornal (nome do jornal), conforme comprovam os documentos de fls. \_\_\_\_ a \_\_\_\_, e não ter apresentado defesa no prazo legal e nem nomeado procurador para fazê-la.**

Nome do Presidente

Presidente

Nome do membro

Membro

**Ofício nº xx/xxxx(essa numeração é da Comissão)/Comissão**

 **(Localidade), (data por extenso).**

**A: GPD/PROGEPE**

**De: (nome do Presidente)**

 **Presidente da Comissão**

**Assunto: Solicitação de Nomeação de Defensor Dativo**

**Na qualidade de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº (Número da Portaria), de (data da Portaria), publicada no Boletim de Serviço nº (número do BS), (data da publicação) da Universidade Federal Fluminense e no uso das atribuições que me são conferidas, solicito a Nomeação de Defensor Dativo, conforme o Art. 164, §2º da 8.112/90.**

Nome do Presidente

Presidente

Nome do membro

Membro

**DECLARAÇÃO DE VISTA E OBTENÇÃO DE CÓPIAS**

 **Declaro que, (Data), (Local), tive vista e cópias dos autos do Processo Administrativo Disciplinar Nº (Número do Processo), composto de (n.º de volumes) volumes, contendo o primeiro volume (n.º de folhas), o segundo (n.º de folhas) ........, e acesso a todas as suas peças.**

**(Local), (Data).**

**(Assinatura)**

**(nome do indiciado ou procurador legalmente constituído)**

**RELATÓRIO FINAL**

**O presente processo trata da apuração de possível irregularidade funcional do servidor (NOME DO SERVIDOR).**

**BREVE RESUMO DA SITUAÇÃO.**

**Deste modo, esta Comissão SUGERE as seguintes providências:**

**Assim sendo, esta Comissão sugere (Arquivamento, exoneração ou penalidade).**

**Este é o Relatório que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar apresenta e submete à aprovação.**

**(Localidade), (data por extenso).**

Nome do Presidente

Presidente

Nome do membro

Membro

**TERMO DE ENCERRAMENTO**

 **Aos xx (por extenso) dias do mês de (mês) de (ano), eu, (nome do Presidente), Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, lavrei o presente termo de encerramento do Processo Administrativo Disciplinar nº (número do Processo), que tem como primeira folha a de nº01 e como última a de nºxxx(numero da última folha), que corresponde a este termo.**

**Nome do Presidente**

**Presidente**